

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas

Preparadas de Acordo com o IAS 34

31 de março de 2023

Simple | Pessoal | Justo



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS

ÍNDICE

Pág

Balanço Patrimonial Consolidado Condensado.....	5
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado.....	7
Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente.....	8
Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa.....	10
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações.....	11
2. Base para consolidação	13
3. Ativos Financeiros	17
4. Ativos não correntes mantidos para venda.....	20
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	20
6. Ativo tangível	22
7. Ativo intangível - Ágio.....	23
8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis	24
9. Passivos financeiros.....	24
10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	27
11. Patrimônio Líquido	31
12. Impostos sobre a renda	32
13. Detalhamento de contas de resultado	33
14. Plano de Benefícios a Funcionários	34
15. Segmentos operacionais	37
16. Transações com partes relacionadas	38
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	42
18. Outras Divulgações.....	47
19. Eventos Subsequentes	54
ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado	55
Relatório da Administração	56
Composição dos Órgãos da Administração	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	64
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	65



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas em 31 de março de 2023, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

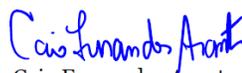
Outros assuntos

Demonstração condensada do valor adicionado

A demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo I como informação suplementar para fins do IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial Consolidado Condensado

ATIVO	Notas Explicativas	31/03/2023	31/12/2022
Disponibilidades		20.014.305	22.003.439
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	69.185.821	58.546.614
Instrumentos de Dívida		3.621.842	3.956.833
Reservas no Banco Central do Brasil		65.563.979	54.589.781
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3.a	90.923.743	84.834.356
Instrumentos de Dívida		62.798.946	62.234.621
Instrumentos de Patrimônio		2.207.776	2.365.229
Derivativos	17	25.917.021	20.234.506
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	3.a	2.359.225	2.134.332
Instrumentos de Patrimônio		464.500	240.050
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		1.894.725	1.894.282
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	50.938.422	55.425.671
Instrumentos de Dívida		50.902.002	55.392.178
Instrumentos de Patrimônio		36.420	33.493
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	695.693.129	663.824.373
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		22.580.083	20.713.315
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		501.514.414	488.735.746
Instrumentos de Dívida		95.855.538	81.329.013
Reservas no Banco Central do Brasil		75.743.094	73.046.299
Derivativos Utilizados como Hedge	17	133.575	1.741.318
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	717.673	699.136
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5.a	1.768.239	1.727.570
Ativos Fiscais		47.455.660	46.445.994
Correntes		7.715.165	7.838.406
Diferidos		39.740.495	38.607.588
Outros Ativos		6.201.108	8.274.529
Ativo Tangível	6.a	8.076.343	8.190.763
Ativo Intangível		31.645.831	31.602.734
Ágio	7	27.902.029	27.889.327
Outros Ativos Intangíveis	8	3.743.802	3.713.407
Total do Ativo		1.025.113.074	985.450.829

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Notas Explicativas

31/03/2023

31/12/2022

		31/03/2023	31/12/2022
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	9.a	48.137.963	40.746.748
Derivativos	9.a	22.177.573	18.699.325
Posições Vendidas	9.a	25.960.390	22.047.423
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	8.329.628	8.921.518
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		8.329.628	8.921.518
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	828.300.045	795.284.100
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		112.127.598	116.079.014
Depósitos de Clientes		507.236.682	489.953.489
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		118.982.987	107.120.875
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		19.641.079	19.537.618
Outros Passivos Financeiros		70.311.699	62.593.104
Derivativos Utilizados como Hedge	17	108.598	-
Provisões	10.a	9.674.466	9.115.143
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		1.788.329	1.775.202
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		7.886.137	7.339.941
Passivos Fiscais		5.287.676	7.810.800
Correntes		2.085.677	4.168.800
Diferidos		3.201.999	3.642.000
Outras Obrigações		12.745.598	12.892.344
Total do Passivo		912.583.974	874.770.653
Patrimônio Líquido		116.275.707	114.669.276
Capital Social	11.a	55.000.000	55.000.000
Reservas	11.c	61.012.381	54.701.499
Ações em Tesouraria	11.d	(1.076.701)	(1.219.316)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		3.040.027	14.287.093
Dividendos	11.b	(1.700.000)	(8.100.000)
Outros Resultados Abrangentes		(4.247.950)	(4.486.442)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		112.027.757	110.182.834
Participações Não-Controladoras		501.343	497.342
Total do Patrimônio Líquido		112.529.100	110.680.176
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.025.113.074	985.450.829

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado

	Nota explicativa	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Receitas com juros e similares		32.149.175	26.360.842
Despesas com juros e similares		(19.590.183)	(12.912.639)
Receita Líquida com Juros		12.558.992	13.448.202
Receitas de instrumentos de patrimônio		4.284	(200)
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	57.727	22.873
Receitas de tarifas e comissões		5.754.553	5.101.764
Despesas de tarifas e comissões		(1.758.140)	(1.457.504)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		444.072	10.161.807
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(229.821)	278.923
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação		1.138.934	9.681.430
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado		(29.453)	56.420
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(272.989)	(588.838)
Outros		(162.600)	733.872
Variações cambiais (líquidas)		394.081	(10.365.951)
Outras despesas operacionais (líquidas)		(229.865)	(3.275)
Total de Receitas		17.225.704	16.907.716
Despesas administrativas		(4.767.126)	(4.504.456)
Despesas com pessoal	13.a	(2.666.034)	(2.451.501)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.101.092)	(2.052.955)
Depreciação e amortização		(688.377)	(604.805)
Ativo tangível	6.a	(473.697)	(459.015)
Ativo intangível	8	(214.680)	(145.790)
Provisões (líquidas)		(1.035.974)	(665.861)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(8.052.337)	(5.058.526)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(8.052.337)	(5.058.526)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(31.407)	(63.578)
Outros ativos intangíveis	8	(2.749)	(11.892)
Outros ativos		(28.658)	(51.686)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		53.601	(3.175)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		18.286	59.836
Resultado Operacional Antes da Tributação		2.722.370	6.067.151
Impostos sobre a renda	12	325.101	(2.247.713)
Lucro Líquido do Período		3.047.471	3.819.438
Lucro atribuível à Controladora		3.040.027	3.800.776
Lucro atribuível às participações não-controladoras		7.444	18.662

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada do Resultado Abrangente

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Lucro Líquido do Período	3.047.471	3.819.438
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	256.072	(383.887)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	91.093	(351.264)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	320.518	(450.595)
Impostos	(229.425)	99.331
Hedges de fluxo de caixa	164.979	(32.623)
Ajuste ao valor justo	314.590	(132.242)
Impostos	(149.611)	99.619
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(17.580)	99.683
Planos de Benefícios Definidos	(17.580)	99.683
Planos de Benefícios Definidos	-	221.720
Impostos	(17.580)	(122.037)
Total do Resultado Abrangente	3.285.963	3.535.234
Atribuível à controladora	3.278.519	3.516.572
Atribuível às participações não-controladoras	7.444	18.662
Total	3.285.963	3.535.234

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora													
	Outros Resultados Abrangentes											Total do Patrimônio Líquido		
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas	Ações em Tesouraria	Lucro do Período Atribuído à Controladora	Dividendos e Remuneração	Patrimônio Líquido	Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de Conversão de Investimento no Exterior	Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		Participações Não-Controladoras	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	48.880.561	(713.039)	15.528.052	(9.649.000)	109.046.574	(47.576)	(2.924.221)	859.370	(1.294.001)	334.349	105.640.146	105.974.495
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	14.287.093	-	14.287.093	(707.433)	28.701	-	(401.282)	52.382	13.207.079	13.259.461
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	14.287.093	-	14.287.093	-	-	-	-	52.382	14.287.093	14.339.475
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(707.433)	28.701	-	(401.282)	-	(1.080.014)	(1.080.014)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(707.433)	-	-	-	-	(707.433)	(707.433)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	28.701	-	-	-	28.701	28.701
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(401.282)	-	(401.282)	(401.282)
Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior		-	15.528.052	-	(15.528.052)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	11.b	-	(9.649.000)	-	-	9.649.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(8.100.000)	(8.100.000)	-	-	-	-	-	(8.100.000)	(8.100.000)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	(506.277)	-	-	(506.277)	-	-	-	-	-	(506.277)	(506.277)
Outros		-	(58.114)	-	-	-	(58.114)	-	-	-	-	110.611	(58.114)	52.497
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	54.701.499	(1.219.316)	14.287.093	(8.100.000)	114.669.276	(755.009)	(2.895.520)	859.370	(1.695.283)	497.342	110.182.834	110.680.176
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	54.701.499	(1.219.316)	14.287.093	(8.100.000)	114.669.276	(755.009)	(2.895.520)	859.370	(1.695.283)	497.342	110.182.834	110.680.176
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	3.040.027	-	3.040.027	91.093	(17.580)	-	164.979	7.444	3.278.519	3.285.963
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	3.040.027	-	3.040.027	-	-	-	-	7.444	3.040.027	3.047.471
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	91.093	(17.580)	-	164.979	-	238.492	238.492
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	91.093	-	-	-	-	91.093	91.093
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	(17.580)	-	-	-	(17.580)	(17.580)
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	164.979	-	164.979	164.979
Apropriação do Lucro Líquido do Exercício Anterior		-	14.287.093	-	(14.287.093)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	11.b	-	(8.100.000)	-	-	8.100.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(1.700.000)	(1.700.000)	-	-	-	-	-	(1.700.000)	(1.700.000)
Ações em Tesouraria	11.d	-	-	142.615	-	-	142.615	-	-	-	-	-	142.615	142.615
Outros		-	123.789	-	-	-	123.789	-	-	-	-	(3.443)	123.789	120.346
Saldos em 31 de março de 2023		55.000.000	61.012.381	(1.076.701)	3.040.027	(1.700.000)	116.275.707	(663.916)	(2.913.100)	859.370	(1.530.304)	501.343	112.027.757	112.529.100

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada Condensada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido Consolidado do Período		3.047.471	3.819.438
Ajustes ao lucro		44.271.845	34.399.727
Depreciação do ativo tangível	6.a	473.697	459.015
Amortização do ativo intangível	8	214.680	145.790
Perdas com outros ativos (líquidas)		31.407	63.578
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		9.088.311	5.724.387
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(71.887)	(56.661)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5.a	(57.727)	(22.873)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos		(2.298.365)	688.903
Atualização de Depósitos Judiciais		(165.764)	(143.874)
Atualização de Impostos a Compensar		(136.194)	(111.388)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		469	-
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		36.464.563	27.833.730
Outros		728.655	(180.880)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(60.556.469)	(60.460.757)
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(10.639.207)	(11.352.145)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(29.898.846)	(58.219.689)
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(224.893)	17.586
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		5.243.920	11.350.782
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		(28.590.871)	1.366.636
Outros ativos		3.553.428	(3.623.927)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		16.539.298	34.734.063
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		7.391.215	10.829.171
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(591.890)	1.568.480
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		10.445.973	24.203.799
Outros passivos		(706.000)	(1.867.387)
Impostos pagos		(2.037.522)	(1.120.498)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		1.264.623	11.371.973
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(1.006.155)	(815.490)
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		(407)	(364.852)
Ativo tangível		(529.341)	(372.794)
Ativo intangível		(366.980)	-
Ativos não correntes mantidos para venda		(109.427)	(77.844)
Alienação		419.560	391.696
Ativo tangível		190.125	117.275
Ativo intangível		99.894	165.116
Ativos não correntes mantidos para venda		43.409	105.386
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		86.132	3.919
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(586.595)	(423.794)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias	11.d	142.615	(148.736)
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo		24.962.465	89.828.065
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.480.866)	(2.730.090)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo		(16.412.644)	(101.263.684)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		7.211.570	(14.314.445)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(469)	-
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3)		7.889.129	(3.366.266)
Caixa e equivalentes de caixa no início do Período		49.565.334	32.668.749
Caixa e equivalentes de caixa no final do Período		57.454.463	29.302.483

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas para o período findo em 31 março de 2023 na reunião realizada em 24 de abril de 2023.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas (preparadas de acordo com o IAS 34)

As Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

Para fins de melhor comparabilidade, foram reclassificados, na demonstração de fluxos de caixa, alguns saldos comparativos referentes a resultado em garantias financeiras prestadas, efeitos das mudanças das taxas de câmbio em ativos e passivos e redução (aumento) em outros ativos e passivos financeiros.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- IFRS 17 - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander avaliou e concluiu que o impacto da adoção IFRS 17 é imaterial.

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: o objetivo é esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impacto para o Santander.

- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Sem impacto para o Santander.

- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro**: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. O Santander já adota esse procedimento.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da Administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 46.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As notas 2.h & 46.b2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022, apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Detalhes adicionais estão na nota 2.w. das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.q apresenta informações e eventuais mudanças significativas sobre as provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período mínimo de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.z das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/03/2023	
		Ações		Participação Direta	Participação Consolidado
		Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito. Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	31.857	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	575.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	-	50,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	80,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	62,51%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	14,78%
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	76,55%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.					
Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
Controlada da Monetus Investimentos S.A.					
Mobills Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	3.010	-	0,00%	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/03/2023	
		Ações		Participação Direta	Participação Consolidado
		Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
CIP S.A.	Outras	9.114	-	17,87%	17,87%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	425.126.827	-	0,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Biomass – Serviços Ambientais. Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	0,00%	16,66%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio. Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda. (Tecban)	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado;
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (5);
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (6);
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (7);
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (8) e;
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizado (8).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(3) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021 e é controlado através do Banco Santander Brasil S.A, detém 100% das cotas deste fundo.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.

(7) Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

(8) Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passa a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passa a ser titular de 15,559% das ações de emissão da GIC.

b) Venda da totalidade da participação detida pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banque PSA Finance, S.A. e pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram, junto ao Banque PSA Finance, S.A. ("Banque PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), determinado contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças referente a venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A., para o Banque PSA, e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., para a Stellantis Services ("Operação").

A efetivação da Operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

c) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomás"). A Biomás é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617.559,32 e a Liderança em R\$ 267.027.054,61, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da Liderança.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) **Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.**

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022 estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

f) **Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.**

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

g) **Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.**

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

h) **Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.**

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

i) **Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.**

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

3. Ativos Financeiros

a) **Classificação por natureza e categoria**

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/03/2023

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	65.563.979	-	-	-	75.743.094	141.307.073
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	22.580.083	22.580.083
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	22.589.663	22.589.663
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(9.580)	(9.580)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	1.894.725	-	501.514.414	503.409.139
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	-	-	1.894.725	-	534.212.272	536.106.997
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(32.697.858)	(32.697.858)
Instrumentos de dívida	3.621.842	62.798.946	-	50.902.002	95.855.538	213.178.328
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.621.842	62.798.946	-	50.902.002	97.074.188	214.396.978
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.218.650)	(1.218.650)
Instrumentos de patrimônio	-	2.207.776	464.500	36.420	-	2.708.696
Derivativos	-	25.917.021	-	-	-	25.917.021
Total	69.185.821	90.923.743	2.359.225	50.938.422	695.693.129	909.100.340

31/12/2022

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	54.589.781	-	-	-	73.046.299	127.636.080
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	20.713.315	20.713.315
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	20.725.914	20.725.914
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(12.599)	(12.599)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	1.894.282	-	488.735.746	490.630.028
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes (1)	-	-	1.894.282	-	522.761.008	524.655.290
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(34.025.262)	(34.025.262)
Instrumentos de dívida	3.956.833	62.234.621	-	55.392.178	81.329.013	202.912.645
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.956.833	62.234.621	-	55.392.178	82.502.775	204.086.407
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.173.762)	(1.173.762)
Instrumentos de patrimônio	-	2.365.229	240.050	33.493	-	2.638.772
Derivativos	-	20.234.506	-	-	-	20.234.506
Total	58.546.614	84.834.356	2.134.332	55.425.671	663.824.373	864.765.346

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Em 31 de março de 2023, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 31.034 (31/12/2022 – R\$32.647) e R\$ 30.591 (31/12/2022 - R\$32.138) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 31 de março de 2023 o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (impairment). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança do modelo de negócios de títulos e valores mobiliários, de mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais e vender para mantidos com o objetivo de coletar de fluxos de caixa contratuais, no montante de R\$ 11 bilhões sem impacto em resultado, sendo o saldo em Patrimônio Líquido estornado integralmente.

Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/20 e, com o objetivo de adequar as novas condições de gestão de risco de taxa de juros, os títulos públicos pré-fixados LTNs que eram utilizados para cobertura do diferencial de juros foram reclassificados, em 01 de abril de 2022. Tal mudança na legislação acarreta em alteração do Modelo de Gestão utilizado pela Administração para gestão desses títulos, e avalia-se que as LTNs com vencimento em 2024, não se enquadram mais em modelos de "Mantidos para Coletar e Vender", sendo que, com a extinção da assimetria fiscal dos investimentos no exterior, tais títulos serão utilizados exclusivamente com objetivos de coletar fluxos de caixa.

Dessa forma, com a reclassificação realizada em 01 de abril de 2022, os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024 deixam de ser registrados a Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, e passam a ter efeito Somente de Pagamento de Principal e Juros. Tal evento acarreta na reversão integral do montante da marcação à mercado registrada em Outros Resultado Abrangentes na data da reclassificação no total bruto de R\$ 1.025 milhões, reduzindo, em contrapartida, o valor do ativo registrado.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito, adiantamentos a clientes e Instrumento de Dívida

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito, Adiantamentos a Clientes e Instrumento de Dívida" ⁽¹⁾ nos períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Saldo no início do período	35.211.623	29.723.376
Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros	7.567.781	5.742.305
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(8.865.803)	(4.682.596)
Variação Cambial	12.487	70.247
Saldo no final do período (Nota 3.a)	33.926.088	30.853.332
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	446.043	430.484
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	34.372.131	31.667.717
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	180.787	242.671
Desconto Concedido	(659.972)	(441.108)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Considerando os valores reconhecidos em "Constituição (Reversão) para perdas com ativos financeiros", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido" totalizam R\$8.052.337 e R\$5.058.526 nos períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos, adiantamentos a clientes e Instrumentos de Dívida" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022 são os seguintes:

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Saldo no início do período	39.223.835	26.923.312
Adições líquidas	12.136.224	6.927.657
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(9.615.705)	(4.144.712)
Saldo no final do período	41.744.354	29.706.256

d) Provisões para Perdas de Contratos de Garantias Financeiras Prestadas

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado à despesa de provisão que reflita o risco de crédito no caso de garantias honradas e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para os períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022.

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Saldo no início do período	340.005	908.027
Constituição (Reversão) de provisão para perdas de contratos de garantias financeiras prestadas	(51.004)	(93.642)
Saldo no final do período	289.001	814.385

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle Conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas comerciais, financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			31/03/2023	31/03/2022
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	19,45%
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

CIP S.A. (4)	Outras Atividades	Brasil	17,87%	17,87%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (2)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (3)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras Atividades	Brasil	20,00%	20,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Tecban				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%

	31/03/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	15.298.878	14.927.003	374.888	15.665.896	15.289.473	446.732
Banco RCI Brasil S.A.	11.007.770	10.724.426	283.345	11.232.921	11.078.109	211.111
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	6.799	6.768	49	6.831	11.427	390
Gestora de Inteligência de Crédito	1.402.797	1.412.159	(6.367)	1.565.100	1.642.454	(68.330)
Santander Auto S.A.	227.880	217.671	10.208	208.976	182.551	26.425
CIP S.A.	2.653.632	2.565.979	87.653	2.652.068	2.374.932	277.136
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.173.332	3.160.292	13.040	3.593.408	3.459.786	133.621
Webmotors S.A.	417.075	395.851	21.224	393.592	316.559	77.033
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.528.101	2.538.007	(9.906)	2.973.912	2.921.075	52.837
Hyundai Corretora de Seguros	4.128	4.049	79	4.025	4.037	(12)
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	6.691	5.830	861	5.400	3.358	2.041
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	217.337	216.555	782	216.479	214.757	1.722
Total	18.472.210	18.087.295	387.928	19.259.304	18.749.259	580.353

- (1) O Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (2) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (3) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (4) Em Março de 2022, ocorreu a Desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova sociedade CIP S.A., com fins lucrativos.
- (5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.

	Investimentos		Resultado	
	31/03/2023	31/12/2022	01/01 a	01/01 a
			31/03/2023	31/03/2022
Controle conjunto do Banco Santander	1.085.320	1.053.127	46.605	10.089
Banco RCI Brasil S.A.	554.925	552.572	15.739	12.602
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	751	746	5	4
Gestora de Inteligência de Crédito	60.952	61.590	(991)	(4.151)
Santander Auto S.A.	35.344	30.778	5.105	1.634
CIP S.A.	433.348	407.441	26.747	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	682.919	674.443	11.122	12.784
Webmotors S.A.	400.698	386.437	14.857	9.484
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	238.326	243.649	(3.271)	3.226
Hyundai Corretora de Seguros	1.293	1.254	39	(20)
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	971	540	430	94
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	41.631	42.563	(933)	-
Total	1.768.239	1.727.570	57.727	22.873

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022:

	01/01 a 31/03/2023		01/01 a 31/03/2022	
	Controle Conjunto	Influência Significativa	Controle Conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	1.727.570	-	1.232.646	-
Mudança de escopo de consolidação	-	-	(11.604)	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(14.271)	-	(2.734)	-
Baixas	353	-	(255)	-
Resultados equivalência patrimonial	57.727	-	22.873	-
Dividendos propostos/recebidos	(3.194)	-	(8.051)	-
Adição / Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	-	54	8.362	356.745
Saldo no final do período	1.768.185	54	1.241.237	356.745
Total dos Investimentos		1.768.239		1.597.982

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales).

6. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 31 de março de 2023 e 2022.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
			de uso e veículos			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.720.703	1.596.896	2.908.708	1.976.597	(12.140)	8.190.764
Adições	47.247	301.677	162.624	17.793	-	529.341

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Baixas	(30.971)	(14.218)	(29.283)	(115.654)	-	(190.126)
Depreciações do período	(95.602)	(1.577)	(234.848)	(141.670)	-	(473.697)
Transferências	43.246	(122.202)	99.017	-	-	20.061
Saldos em 31 de março de 2023	1.684.623	1.760.576	2.906.218	1.737.066	(12.140)	8.076.343
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.803.756	1.690.184	2.982.561	2.319.424	(12.140)	8.783.785
Adições	32	51.667	177.212	143.883	-	372.794
Baixas	(9.287)	(48.469)	(36.668)	(22.851)	-	(117.275)
Depreciações do período	(23.009)	(78.441)	(213.372)	(144.193)	-	(459.015)
Transferências	12	(202)	(35.555)	-	-	(35.745)
Saldos em 31 de março de 2022	1.771.504	1.614.739	2.874.178	2.296.263	(12.140)	8.544.544

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 31 de março de 2023 não houve impacto de uma despesa de impairment.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de março de 2023, o Banco possui R\$ 50.047 em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2022 – R\$50.807).

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.c.2.1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de março de 2023. Ao longo do primeiro trimestre de 2023, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	31/03/2023	31/12/2022
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.770	160.771
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	235.395	236.626
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	38.280	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Gira - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	5.271
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	9.777
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	39.589
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135
Total	27.902.029	27.889.327

Banco Comercial
31/12/2022

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	5,1%
Taxa de desconto (2)	12,9%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
- (2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos em 31 de dezembro de 2022 foi de 19,09%.

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente. Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. Para o exercício de 2022, 2021 e 2020 não houve evidências de impairment. No teste de recuperabilidade do ágio, efetuado considerando-se o cenário de dezembro de 2022, e cujas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados, verificou-se que esses continuam a indicar a inexistência de impairment.

8. Ativo Intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2022 a 31/03/2023			31/12/2021 a 31/03/2022		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldo inicial	3.457.640	255.767	3.713.407	2.723.667	147.652	2.871.319
Adições	308.026	46.252	354.278	207.729	15.039	222.768
Baixas	(99.893)	(1)	(99.894)	(388.532)	648	(387.884)
Transferências	61.271	(67.831)	(6.560)	325.252	2.505	327.757
Amortizações no Período	(194.670)	(20.010)	(214.680)	(139.683)	(6.107)	(145.790)
Impairment no período (1)	-	(2.749)	(2.749)	(10.792)	(1.100)	(11.892)
Saldo final	3.532.374	211.428	3.743.802	2.717.642	158.636	2.876.278
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/03/2023			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	112.127.598	112.127.598
Depósitos de clientes	-	-	507.236.682	507.236.682
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	8.329.628	118.982.987	127.312.615
Derivativos	22.177.573	-	-	22.177.573
Posições vendidas	25.960.390	-	-	25.960.390
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	19.641.079	19.641.079
Outros passivos financeiros	-	-	70.311.699	70.311.699
Total	48.137.963	8.329.628	828.300.045	884.767.636

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2022

	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	116.079.014	116.079.014
Depósitos de clientes	-	-	489.953.489	489.953.489
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	8.921.518	107.120.875	116.042.393
Derivativos	18.699.325	-	-	18.699.325
Posições vendidas	22.047.423	-	-	22.047.423
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	19.537.618	19.537.618
Outros passivos financeiros	-	-	62.593.104	62.593.104
Total	40.746.748	8.921.518	795.284.100	844.952.366

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos à vista (1)	3.792.716	3.520.842
Depósitos a prazo (2)	92.599.323	87.824.144
Operações compromissadas	15.735.559	24.734.028
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	96.328	70.188
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	15.639.231	24.663.840
Total	112.127.598	116.079.014

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	92.487.907	86.777.993
Contas correntes (1)	33.869.957	26.607.407
Cadernetas de poupança	58.617.950	60.170.586
Depósitos a prazo	340.871.579	339.943.008
Operações compromissadas	73.877.196	63.232.488
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	19.024.036	17.309.369
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	54.853.160	45.923.119
Total	507.236.682	489.953.489

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	31/03/2023	31/12/2022
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	36.595.434	34.997.824
Eurobonds	15.582.342	14.508.126
Letras financeiras (2)	33.446.853	33.713.048
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	28.923.987	24.045.319
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	12.763.999	8.778.076
Total	127.312.615	116.042.393

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de março de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2028 (31/12/2022 – com prazo de vencimento entre 2023 e 2028).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de março de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2033 (31/12/2022 - com prazo de vencimento entre 2023 e 2032).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de março de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2022 - com prazo de vencimento entre 2023 e 2035).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores imobiliários" no período findo em 31 de março de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Saldo no início do período	116.042.393	79.036.792
Emissões	24.962.465	89.828.065
Pagamentos	(17.004.534)	(101.263.684)
Juros	2.429.745	7.536.849
Variação cambial e outros	882.546	15.391.587
Saldo no final do período	127.312.615	90.529.609

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2023	2022
2018	2025	4,4%	213.093	-
2019	2027	Até 6,4% + CDI	-	32.204
2020	2027	Até 6,4% + CDI	37.754	90.069
2021	2031	Até 9% + CDI	5.832.030	6.306.335
2022	2035	Até 9% + CDI	4.915.826	8.079.519
2023	2035	Até 9% + CDI	4.583.639	-
Total			15.582.342	14.508.127

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	31/03/2023	31/12/2022
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,3%	6.533.385	6.591.740
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,1%	6.505.007	6.580.937
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	6.362.785	6.133.677
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	239.902	231.264
Total					19.641.079	19.537.618

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Saldos no início do período	19.537.618	19.641.408
Juros Nível I (1)	117.721	104.527
Juros Nível II (1)	390.297	88.662
Variação Cambial	(404.557)	(1.983.798)
Saldo no final do período	19.641.079	17.850.799

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	31/03/2023	31/12/2022
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.788.329	1.775.202
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	7.886.136	7.339.941
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496
Processos judiciais e administrativos	7.282.057	6.754.262
Sendo:		
Cíveis	2.952.691	2.875.936
Trabalhistas	2.068.137	1.700.752
Fiscais e Previdenciárias	2.261.229	2.177.574
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	446.043	430.484
Provisões diversas	157.543	154.700
Total	9.674.465	9.115.143

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.037.254 (31/12/2022 - R\$ 1.016.253): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 134.870 (31/12/2022 - R\$ 133.593) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

• **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$ 387.778 (31/12/2022 - R\$ 319.020): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, há outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível (Nota 10.b.4 – Risco de Perda Possível).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 4,5 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 31 de março de 2023 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados. As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$35.814.839 no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ajuizamos medida judicial procurando invalidar as disposições da Lei 9.718/1998, de acordo com a qual o PIS e COFINS devem incidir sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação a sociedades não financeiras, o PIS e a COFINS eram tributados apenas sobre o faturamento relativo à venda de mercadorias. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão aplicável somente ao Santander Brasil, aceitando a competência sobre o recurso relativo ao PIS e indeferindo a competência sobre o recurso relativo ao COFINS. Foi iniciado o julgamento do mérito pelo STF para decidir a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como do PIS e da COFINS das demais empresas controladas. Considerando a evolução do processo, com o voto favorável do relator, segundo avaliação dos assessores jurídicos, baseada nos aspectos processuais e no mérito da discussão, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recursos para liquidar as obrigações do PIS e da COFINS. Em 31 de março de 2023, o valor era de aproximadamente R\$ 4.627.858.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de março de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$ 8.470.034.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de março de 2023, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$ 4.842.099.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de março de 2023, o valor era de aproximadamente R\$ 5.175.370.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de março de 2023, o valor era de aproximadamente R\$ 1.570.369.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de março de 2023, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$ 1.698.518.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de março de 2023, o valor era de R\$ 1.174.312.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de março de 2023 o valor era de aproximadamente R\$ 710.663.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de março de 2023, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$ 528.802.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os rendimentos derivados da prestação de serviços realizados por empresa no exterior, por não comportarem transferência de tecnologia, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando a dupla tributação – TDTs. Em julho de 2013, foi concedida a tutela antecipada para suspensão da exigibilidade dos valores, e por conseguinte, sobreveio a sentença procedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 31 de março de 2023, o valor era de aproximadamente R\$711.347.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$313 milhões no consolidado, incluindo os processos abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.825 milhões no consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou nova liquidação de sentença

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

b.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza civil, nos montantes de R\$496 (31/12/2022 - R\$496), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em conta de outros ativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/03/2023			31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	120.850	146.392	267.242	120.850	146.392	267.242
De Domiciliados no Exterior	3.697.845	3.533.444	7.231.289	3.697.845	3.533.444	7.231.289
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(26.288)	(26.288)	(52.576)	(31.162)	(31.162)	(62.324)
Total em Circulação	3.792.407	3.653.548	7.445.955	3.787.533	3.648.674	7.436.207

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Em milhares de Reais	31/03/2023					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(2)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Total	1.700.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023.

	Em milhares de Reais	31/12/2022					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2022, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2022, o Banco Santander possuía 345.962.035 ações ordinárias e 373.766.448 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/03/2023	31/12/2022
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	31.161	15.755
Aquisições de Ações	-	20.297
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.873)	(4.891)
Ações em Tesouraria no Final do Período	26.288	31.161
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.074.930	R\$ 1.217.545
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.076.701	R\$ 1.219.316
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,59	R\$ 27,73
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	R\$ 49,55
Cotação da Ação	R\$ 26,80	R\$ 28,19

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Resultado Operacional antes da tributação	2.722.370	6.067.151
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	(1.225.066)	(2.730.218)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(909.174)	(654.752)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	25.977	11.436
Ágio	-	(29.192)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	-	533.300
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	310.591	222.836
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	(22.444)	31.973
Juros sobre o capital próprio	678.368	542.166
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	242.635	105.528
Outros ajustes	1.224.215	(280.790)
Impostos sobre a renda	325.101	(2.247.713)
Sendo:		
Impostos correntes	(1.330.059)	1.793.817
Impostos diferidos	1.655.160	453.897

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Remuneração direta	1.620.035	1.588.376
Encargos	385.430	336.974
Benefícios	391.837	383.263
Planos de pensão de benefício definido	1.453	1.033
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	74.345	49.864
Remuneração baseada em ações	9.662	9.232
Treinamento	20.414	13.939
Outras despesas de pessoal	162.858	68.820
Total	2.666.034	2.451.501

b) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Imóveis, instalações e materiais	204.622	244.522
Tecnologia e sistemas	572.994	637.803
Publicidade	163.064	115.879
Comunicações	71.933	95.138
Ajudas de custo e despesas de viagem	34.354	21.371
Tributos exceto imposto sobre a renda	29.654	29.714
Serviços de vigilância e transporte de valores	138.901	139.799
Prêmios de seguros	10.240	3.770
Serviços técnicos especializados	552.323	541.145
Outras despesas administrativas	323.007	223.814
Total	2.101.092	2.052.955

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários**a) Remuneração com Base em Ações**

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	- (3)	R\$ 40.403 (3)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 1.668.000 (1)	R\$ 3.668.000 (1)
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ - (4)	R\$ 1.656.667 (1)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 23.490.000(1)	R\$ 13.520.000 (1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.500.000 (1)	R\$ 1.834.000 (1)
		07/2019 a 06/2022	2022	- SANB11 (5)	100.766 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022	- SANB11 (6)	291.302 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023	214.164 SANB11	174.941 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023	139.163 SANB11	177.252 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024	343.863 SANB11	348.615 SANB11
		01/2021 a 12/2024	2024	217.291 SANB11	18.797 SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025	84.326 SANB11	- SANB11
		Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2023	
2023, com limite para exercício das opções até 2030				832.569 Opções s/ SAN (2)	1.618.445 Opções s/ SAN (2)
02/2024				124.184 SAN (2)	135.632 SAN (2)
02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029				370.477 Opções s/ SAN (2)	404.630 Opções s/ SAN (2)
2025				150.703 SAN (2)	- SAN (2)
2025, com limite para exercício das opções até 2030				578.713 Opções s/ SAN (2)	- Opções s/ SAN (2)
2026				199.680 SAN (2)	- SAN (2)
2026, com limite para exercício das opções até 2033		537.637 Opções ações SAN (2)	- Opções ações SAN (2)		
Saldo dos Planos em 31 de março de 2023				R\$ 26.658.000 (1)	R\$ 20.678.667 (1)
				998.807 SANB11	1.152.076 SANB11
				633.820 SAN (2)	445.208 SAN (2)
				2.319.396 Opções s/ SAN (2)	2.023.075 Opções s/ SAN (2)

(1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(2) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(3) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 31/03/2022, foi realizada entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022, restando 40.403 ações para a pagamento em março/2023. Em 31/03/2023, o plano foi liquidado com a entrega da parcela final de 40.158 ações brutas, referente ao pagamento de 2023

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021 e 2022. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do Grupo Santander (SAN), com pagamento após um período de diferimento de três anos e liquidação do valor equivalente em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 01/07/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	4.804	6.721
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	1.053	799

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	30.991	3.830
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	29.051	7.846

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 31/03/2023			01/01 a 31/03/2022		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	12.354.578	204.414	12.558.992	12.364.657	1.083.546	13.448.203
Receitas de instrumentos de patrimônio	2.852	1.432	4.284	(232)	32	(200)
Resultado de equivalência patrimonial	45.420	12.307	57.727	14.934	7.939	22.873
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.480.838	515.574	3.996.412	3.105.360	538.900	3.644.260
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(661.989)	1.500.142	838.153	(715.036)	510.892	(204.144)
Outras receitas (despesas) operacionais	(210.269)	(19.595)	(229.864)	17.015	(20.291)	(3.276)
TOTAL DE RECEITAS	15.011.431	2.214.273	17.225.704	14.786.698	2.121.018	16.907.716
Despesas com pessoal	(2.442.887)	(223.147)	(2.666.034)	(2.265.704)	(185.797)	(2.451.501)
Outras despesas administrativas	(1.904.343)	(196.749)	(2.101.092)	(1.915.410)	(137.545)	(2.052.955)
Depreciação e amortização	(660.198)	(28.179)	(688.377)	(580.662)	(24.143)	(604.805)
Provisões (líquidas)	(1.028.104)	(7.870)	(1.035.974)	(666.523)	662	(665.861)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(7.450.950)	(601.387)	(8.052.337)	(5.086.552)	28.026	(5.058.526)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(31.344)	(63)	(31.407)	(54.373)	(9.205)	(63.578)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	71.887		71.887	56.661	-	56.661
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	1.565.493	1.156.877	2.722.370	4.274.134	1.793.017	6.067.151
Hedge Cambial (1)	(53)	-	(53)	(301.898)	-	(301.898)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	1.565.440	1.156.877	2.722.317	3.972.236	1.793.017	5.765.253

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Outros:	31/03/2023			31/12/2022		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	922.398.491	102.714.583	1.025.113.074	886.630.727	98.820.102	985.450.829
Empréstimos e adiantamentos a clientes	427.230.707	76.178.432	503.409.139	417.773.158	72.856.870	490.630.028
Depósitos de clientes	372.212.572	135.024.110	507.236.682	356.744.926	133.208.563	489.953.489

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta será objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizada em 28 de abril de 2023.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Remuneração Fixa	35.779	26.832
Remuneração variável - Em espécie	53.791	65.760
Remuneração variável - Em ações	49.351	55.762
Outras	15.189	11.616
Total Benefícios de Curto Prazo	154.110	159.970
Remuneração variável - Em espécie	66.389	73.041
Remuneração variável - Em ações	65.825	74.546
Total Benefícios de Longo Prazo	132.214	147.587
Total	286.324	307.557

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$ 11.918 (31/03/2022 - R\$ 7.674).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios poderão ser descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;

(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possui participação societária qualificada;

(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possui controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 31/03/2023	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	5.274	0,1%	5.274	0,1%	10.547	0,1%
Outros	346.963	9,1%	374.767	10,2%	721.730	9,6%
Total em Circulação	3.792.407	99,3%	3.653.548	99,3%	7.445.955	99,3%
Ações em Tesouraria	26.288	0,7%	26.288	0,7%	52.576	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	346.963	9,1%	374.767	10,2%	721.730	9,6%

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 31/12/2022	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	342.918	9,0%	370.723	10,1%	713.641	9,5%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Ativo	(1.922.352)	4.671.501	23.749.399	24.331.222	28.274	25.737	21.855.321	29.028.460
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(3.242.432)	(3.138.996)	447.636	1.034.184	-	-	(2.794.796)	(2.104.812)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	1.263.658	7.800.513	21.421.310	21.408.097	-	-	22.684.968	29.208.610
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	1.776.615	1.795.084	21.901	-	1.798.516	1.795.084
Outros ativos	56.422	9.984	103.838	103.214	-	16.380	160.260	129.578
Garantias e Limites	-	-	-	(9.357)	6.373	9.357	6.373	-
Passivo	(16.339.460)	(23.541.990)	(8.867.327)	(7.752.511)	(348.418)	(263.592)	(25.555.205)	(31.558.093)
Depósitos de instituições de crédito	(3.257.877)	(10.167.933)	(8.168.158)	(6.846.987)	-	-	(11.426.035)	(17.014.920)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	201.054	(72.427)	(201.054)	(72.427)	-
Depósitos de clientes	-	-	(439.799)	(904.926)	(43.031)	(31.040)	(482.830)	(935.966)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	3.347	-	-	-	3.347	-
Outras obrigações	(43.191)	(201.380)	(262.717)	(201.652)	(232.960)	(31.498)	(538.868)	(434.530)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.038.392)	(13.172.677)	-	-	-	-	(13.038.392)	(13.172.677)
	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2023	01/01 a 31/03/2022
Resultado	1.092.363	4.092.447	218.658	393.348	(278.160)	(309.387)	1.032.861	4.176.408
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	77.079	47.120	-	-	670	2.388	77.749	49.508
Garantias e Limites	-	-	-	-	6.192	8	6.192	8
Despesas com juros e similares	(6.949)	(16.616)	(64.166)	(124.636)	(285.217)	(312.039)	(356.332)	(453.291)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(34.524)	-	770.352	775.470	111	109	735.939	775.579

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	1.317.123	4.330.956	(360.583)	(128.874)	84	147	956.624	4.202.229
Despesas administrativas e amortização	(43.191)	(50.606)	(123.590)	(133.803)	-	-	(166.781)	(184.409)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(217.175)	(218.407)	-	-	-	-	(217.175)	(218.407)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(3.355)	5.191	-	-	(3.355)	5.191

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 5.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 31 de março de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/03/2023 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	905.491	65.755.401	2.524.929	69.185.821
Instrumentos de dívida	905.491	191.422	2.524.929	3.621.842
Reservas no Banco Central do Brasil	-	65.563.979	-	65.563.979
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	63.145.430	26.462.971	1.315.342	90.923.743
Instrumentos de dívida	61.064.925	1.174.776	559.245	62.798.946
Instrumentos de patrimônio	2.080.505	127.211	60	2.207.776
Derivativos	-	25.160.984	756.037	25.917.021
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	1.994.677	364.548	2.359.225
Instrumentos de patrimônio	-	436.658	27.842	464.500
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.558.019	336.706	1.894.725
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	47.721.837	1.733.516	1.483.069	50.938.422
Instrumentos de dívida	47.718.379	1.715.591	1.468.032	50.902.002
Instrumentos de patrimônio	3.458	17.925	15.037	36.420
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	133.575	-	133.575
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	47.826.806	311.156	48.137.962
Derivativos	-	21.866.416	311.156	22.177.572
Posições vendidas	-	25.960.390	-	25.960.390
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	8.329.628	-	8.329.628
Outros Passivos Financeiros	-	8.329.628	-	8.329.628
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	108.597	-	108.597

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2022 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	617.356	55.500.261	2.428.997	58.546.614
Instrumentos de dívida	617.356	910.480	2.428.997	3.956.833
Reservas no Banco Central do Brasil	-	54.589.781	-	54.589.781
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	62.749.831	21.304.134	780.391	84.834.356
Instrumentos de dívida	60.482.471	1.508.342	243.808	62.234.621
Instrumentos de patrimônio	2.267.360	97.869	-	2.365.229
Derivativos	-	19.697.923	536.583	20.234.506
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	1.691.606	442.726	2.134.332
Instrumentos de patrimônio	-	211.788	28.262	240.050
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.479.818	414.464	1.894.282
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	52.154.497	1.767.733	1.503.441	55.425.671
Instrumentos de dívida	52.154.405	1.762.547	1.475.226	55.392.178
Instrumentos de patrimônio	92	5.186	28.215	33.493
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	1.741.318	-	1.741.318
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	40.512.986	233.762	40.746.748
Derivativos	-	18.465.563	233.762	18.699.325
Posições vendidas	-	22.047.423	-	22.047.423
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	8.921.518	-	8.921.518
Outros Passivos Financeiros	-	8.921.518	-	8.921.518
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	-	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 31 de março de 2023 de 2022 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Total de Ganhos ou Perdas			Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 31/03/2023
	Valor Justo 31/12/2022	(Realizado/não Realizado)				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.428.997	(91.181)		187.113	-	2.524.929
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	780.391	(123.795)		381.027	277.719	1.315.342
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	442.726	(42.095)		-	(36.083)	364.548
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.503.441	(13.416)		(25.454)	18.498	1.483.069
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	233.762	1.037		(94.722)	171.079	311.156

	Total de Ganhos ou Perdas			Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ (Baixas)	Valor Justo 31/03/2022
	Valor Justo 31/12/2021	(Realizado/não Realizado)				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.520.813	(139.603)		(156.307)	204.094	2.428.997
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	500.228	140.780		(57.926)	197.309	780.391
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	449.264	(49.069)		(66.980)	109.511	442.726
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	601.605	(4.792)		325.456	581.172	1.503.441
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	468.432	(176.639)		(89.734)	31.703	233.762

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	31/03/2023	
				Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	20.014.305	20.014.305	20.014.305	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	22.580.083	22.580.083	-	1.356.610	21.223.473

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Empréstimos e adiantamentos a clientes	501.514.414	497.075.500	-	-	497.075.500
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	95.855.538	96.553.767	42.278.833	4.291.809	49.983.125
Reservas no Banco Central do Brasil	75.743.094	75.743.094	-	75.743.094	-
Total	715.707.434	711.966.749	62.293.138	81.391.513	568.282.098

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2022
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto	22.003.439	22.003.439	22.003.439	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	20.713.315	20.713.315	-	2.439.823	18.273.492
Empréstimos e adiantamentos a clientes	488.735.746	484.362.272	-	-	484.362.272
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	81.329.013	81.129.982	23.419.946	9.873.633	47.836.403
Reservas no Banco Central do Brasil	73.046.299	73.046.299	-	73.046.299	-
Total	685.827.812	681.255.307	45.423.385	85.359.755	550.472.167

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/03/2023
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	112.127.598	112.127.598	-	15.735.558	96.392.040
Depósitos de clientes	507.236.682	507.369.137	-	74.032.218	433.336.919
Obrigações por títulos e valores mobiliários	118.982.987	119.305.750	-	-	119.305.750
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.079	19.641.079	-	-	19.641.079
Outros passivos financeiros	70.311.699	70.311.699	-	-	70.311.699
Total	828.300.045	828.755.263	-	89.767.776	738.987.487

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2022
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	116.079.014	116.079.014	-	24.734.029	91.344.985
Depósitos de clientes	489.953.489	489.920.266	-	63.223.998	426.696.268
Obrigações por títulos e valores mobiliários	107.120.875	105.554.365	-	-	105.554.365
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618
Outros passivos financeiros	62.593.104	62.593.104	-	-	62.593.104
Total	795.284.100	793.684.367	-	87.958.027	705.726.340

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.2.1.i.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	12.385.606	11.483.530	13.815.247	11.212.030
Prêmios de Opções a Exercer	1.450.106	1.392.233	1.419.279	1.894.522
Contratos a Termo e Outros	12.214.884	9.410.408	6.741.298	5.592.773
Total	26.050.596	22.286.171	21.975.824	18.699.325

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Negociação	31/03/2023			31/12/2022		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	651.623.832	(3.487.128)	902.077	779.023.280	(3.682.261)	2.603.217
Ativo	324.245.645	7.222.598	12.385.606	393.351.898	11.857.946	13.815.247
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	80.221.068	1.943.590	4.515.447	85.498.232	3.624.970	5.069.441
Taxa de Juros Pré - Reais	132.901.230	4.291.415	4.617.670	186.961.127	6.772.985	4.902.157
Indexados em Índices de Preços e Juros	254.824	22.495	22.705	182.645	22.536	14.225
Moeda Estrangeira	110.868.523	965.098	3.165.317	116.577.474	1.292.203	4.764.609
Outros	-	-	64.467	4.132.420	145.252	(935.185)
Passivo	327.378.187	(10.709.726)	(11.483.529)	385.671.382	(15.540.207)	(11.212.030)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	33.026.347	(1.076.678)	(1.600.332)	79.217.799	(4.057.095)	(4.363.542)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração					
<i>*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.</i>									
Taxa de Juros Pré - Reais				173.021.425	(7.277.935)	(6.960.937)	210.472.552	(8.512.023)	(4.347.433)
Indexados em Índices de Preços e Juros				19.520.604	(1.024.885)	(295.303)	626.129	(166.138)	(87.692)
Moeda Estrangeira				101.246.072	(1.330.200)	(2.606.762)	91.303.383	(2.804.302)	(3.494.263)
Outros				563.739	(28)	(20.195)	4.051.519	(649)	1.080.900
Opções				394.150.527	(317.601)	57.873	1.150.540.616	(877.100)	(475.243)
Compromissos de Compra				196.202.401	1.843.457	1.450.106	600.275.162	2.243.354	1.419.279
Opções de Compra Moeda Estrangeira				8.015.624	348.974	118.782	10.629.479	440.097	214.722
Opções de Venda Moeda Estrangeira				5.555.237	91.060	99.531	4.474.015	122.896	124.163
Opções de Compra Outras				36.527.449	699.829	811.780	94.414.288	674.574	577.487
Mercado Interfinanceiro				34.280.071	628.513	775.940	92.324.275	608.913	555.707
Outras (2)				2.247.378	71.316	35.840	2.090.013	65.661	21.780
Opções de Venda Outras				146.104.091	703.594	420.013	490.757.380	1.005.787	502.907
Mercado Interfinanceiro				145.897.928	678.858	404.887	490.535.950	980.433	480.682
Outras (2)				206.163	24.736	15.126	221.430	25.354	22.225
Compromissos de Venda				197.948.126	(2.161.058)	(1.392.233)	550.265.454	(3.120.454)	(1.894.522)
Opções de Compra Moeda Estrangeira				5.924.253	(286.868)	(180.859)	6.763.742	(292.212)	(165.919)
Opções de Venda Moeda Estrangeira				10.515.580	(425.051)	(570.108)	8.885.700	(409.758)	(508.584)
Opções de Compra Outras				41.644.233	(1.011.862)	(324.566)	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)
Mercado Interfinanceiro				36.071.752	(435.139)	(144.808)	33.377.728	(575.451)	(349.710)
Outras (2)				5.572.481	(576.723)	(179.758)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)
Opções de Venda Outras				139.864.060	(437.277)	(316.700)	491.775.275	(828.354)	(398.511)
Mercado Interfinanceiro				139.851.394	(433.886)	(314.101)	491.596.383	(804.467)	(378.608)
Outras (2)				12.666	(3.391)	(2.599)	178.892	(23.887)	(19.903)
Contratos de Futuros				152.471.173	-	-	278.348.786	-	-
Posição Comprada				98.950.003	-	-	254.505.429	-	-
Cupom Cambial (DDI)				51.493.285	-	-	77.727.137	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				22.312.057	-	-	148.713.860	-	-
Moeda Estrangeira				23.920.435	-	-	27.444.003	-	-
Índice (3)				472.406	-	-	482.394	-	-
Treasury Bonds/Notes				751.820	-	-	138.035	-	-
Posição Vendida				53.521.170	-	-	23.843.357	-	-
Cupom Cambial (DDI)				22.074.256	-	-	17.259.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				27.202.885	-	-	3.337.596	-	-
Moeda Estrangeira				48.811	-	-	1.327.928	-	-
Índice (3)				3.040.378	-	-	1.787.973	-	-
Treasury Bonds/Notes				1.154.840	-	-	129.924	-	-
Contratos a Termo e Outros				131.345.257	3.237.261	2.804.476	152.669.932	1.394.796	1.148.525
Compromissos de Compra				102.838.320	3.942.748	12.214.884	93.143.116	2.292.188	6.741.298
Moedas				102.838.320	3.003.784	11.017.894	72.849.455	1.938.956	6.426.685
Outros				-	938.964	1.196.990	20.293.661	353.232	314.613
Compromissos de Venda				28.506.937	(705.487)	(9.410.408)	59.526.816	(897.392)	(5.592.773)
Moedas				28.506.937	(705.487)	(9.414.475)	53.574.925	(847.425)	(6.490.282)
Outros				-	-	4.067	5.951.891	(49.967)	897.509

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
 (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
 (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

					Abertura por Vencimento			Valor Referencial Mercado de Negociação		
					31/03/2023			31/03/2023		
	Partes		Instituições		Contraparte					
	Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	69.412.974	120.022.296	134.810.375	324.245.645	393.351.898	21.746.371	76.726.380	225.772.894	43.518.208	280.727.437
Opções	60.919.121	2.629.350	330.602.056	394.150.527	1.150.540.616	60.903.845	279.847.930	53.398.752	327.768.387	66.382.140
Contratos de Futuros	2.904.089	-	149.567.084	152.471.173	278.348.786	68.625.021	48.668.227	35.177.925	152.471.173	-
Contratos a Termo e Outros	42.056.004	58.186.840	31.102.413	131.345.257	152.669.932	35.912.275	48.017.977	47.415.006	1.963.719	129.381.538

- (1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.
 (2) Inclui valores negociados na B3.
 (3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No segundo trimestre de 2022, foi implementada uma nova estrutura de hedge accounting com designação a partir de 01 de abril de 2022 em que relação de hedge é realizar a proteção de até 100% das dívidas que compõem a carteira de Time Deposit e Bancos correspondentes denominadas em Dólar, através da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção do risco de variação cambial.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com primeiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para SOFR + Cupom.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

	31/03/2023	31/12/2022
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Efetiva Acumulada
Estrutura de Hedge		
Cash Flow Hedge		
Eurobonds	-	-
Trade Finance Off	(41.534)	(72.624)
CDB	(887.244)	(984.396)
Títulos Públicos (LFT)	(53.604)	(536.935)
Total	(982.382)	(1.593.955)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	31/03/2023						31/12/2022					
	Ajuste a Valor de Mercado		Valor Contábil		Curva		Ajuste a Valor de Mercado		Valor Contábil		Curva	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado												
Contratos de Swap	(2.520)	(15.982)	331.308	349.319	333.828	365.301	(24.687)	48.140	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	(2.520)	(15.982)	331.308	349.319	333.828	365.301	(24.687)	48.140	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	(365.987)	-	15.675.435	13.684.984	16.041.422	13.684.984	1.729.350	3.862.299	77.682.587	78.919.900	75.953.237	75.057.601
Hedge de Operações de Crédito	(418.466)	-	2.898.650	2.325.932	3.317.116	2.325.932	3.067.594	686.249	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(22.534)	-	501.291	614.282	523.825	614.282	(609.013)	-	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	75.013	-	12.275.494	10.744.770	12.200.481	10.744.770	(729.231)	3.176.050	60.906.152	62.810.398	61.635.383	59.634.348
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	375.865	-	12.391.981	10.259.500	12.016.116	10.259.500	362.134	576.744	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	375.865	-	12.391.981	10.259.500	12.016.116	10.259.500	362.134	576.744	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Contratos de Futuros	952.282	53.604	15.108.237	17.747.333	14.155.955	17.693.729	2.249.019	(173.044)	36.410.187	33.587.085	34.161.168	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	850.280	-	5.903.443	7.214.424	5.053.163	7.214.424	2.647.973	54.882	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	16.839	-	8.704.701	10.069.350	8.687.862	10.069.350	1.550.209	(228.270)	11.518.806	8.041.167	9.968.597	8.269.437
Hedge de Captações	85.163	53.604	500.093	463.559	414.930	409.955	(1.949.163)	344	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158

Estratégias	31/03/2023			31/12/2022	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Risco de Mercado					
Contratos de Swap	-	-	365.301	365.301	437.702
Hedge de Operações de Crédito	-	-	365.301	365.301	437.702
Contratos de Futuros	153.053	442.844	13.089.087	13.684.984	75.057.601
Hedge de Operações de Crédito	-	-	2.325.932	2.325.932	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	153.053	-	461.229	614.282	3.971.751
Hedge de Captações	-	442.844	10.301.926	10.744.770	59.634.348
Hedge de Fluxo de Caixa					
Contratos de Swap	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	10.259.500	10.259.500	8.857.389
Contratos de Futuros	3.498.238	3.949.488	10.246.003	17.693.729	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	-	-	7.214.424	7.214.424	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.498.238	3.949.488	2.621.624	10.069.350	8.269.437
Hedge de Captações	-	-	409.955	409.955	11.451.158

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$ 60.521 (31/12/2022 - R\$164.383) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$ 60.521 serão realizados contra receita nos próximos dez meses.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	31/03/2023		Valor Nominal 31/12/2022	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.627.328	7.501.777	3.725.358	7.831.108
Total	3.627.328	7.501.777	3.725.358	7.831.108

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/03/2023		31/12/2022	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	11.129.105	11.129.105	11.556.466	11.556.466
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	11.129.105	11.129.105	11.556.466	11.556.466
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	11.129.105	11.129.105	11.556.466	11.556.466

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/03/2023	31/12/2022
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.994.366	18.269.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.546.972	3.291.246
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.118.521	10.904.676
Total	29.659.859	32.465.044

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de março de 2023.

Carteira Negociação Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(5.250)	(168.140)	(336.281)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(117)	(1.835)	(3.671)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(3.501)	(88.720)	(177.440)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.621)	(14.327)	(28.654)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(10)	(8.690)	(17.381)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(13.409)	(335.237)	(670.474)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(2.436)	(26.428)	(52.856)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.084)	(27.094)	(54.187)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(13)	(310)	(619)
Total (1)		(27.441)	(670.781)	(1.341.563)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking Fatores de Risco	Descrição	Consolidado		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(89.579)	(2.961.607)	(6.198.300)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(17.600)	(465.781)	(856.046)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(34.339)	(554.566)	(1.013.525)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(12.465)	(126.267)	(244.831)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.367)	(19.941)	(39.919)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(28.256)	(303.306)	(625.209)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	66	1.642	3.284
Total (1)		(183.540)	(4.429.826)	(8.974.546)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos administrados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	31/03/2023	31/12/2022
Fundos sob gestão	14.393.739	18.934.221
Fundos administrados	221.982.639	265.517.852
Total	236.376.378	284.452.073

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 60.292.644 e R\$48.918.436 respectivamente.

19. Eventos Subsequentes

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 13 de abril de 2023, foi apresentada aos Conselheiros a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas até o dia 30 de abril de 2024, respectivamente, para a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia com base no resultado do trimestre encerrado em 31 de março de 2023, no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Os juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração Consolidada Condensada do Valor Adicionado

	01/01 a 31/03/2023		01/01 a 31/03/2022	
Receitas com juros e similares	32.149.175		26.360.842	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	3.996.412		3.644.260	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.046.965)		(5.058.526)	
Outras Receitas e Despesas	1.298.274		(1.270.716)	
Despesas com juros e similares	(19.590.183)		(12.912.640)	
Insumos de Terceiros	(2.058.270)		(2.042.098)	
Material, Energia e Outros	(204.622)		(199.801)	
Serviços de Terceiros	(1.499.215)		(1.529.763)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(31.407)		(63.578)	
Outros	(323.027)		(248.956)	
Valor Adicionado Bruto	7.748.442		8.721.122	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(688.377)		(604.805)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	7.060.065		8.116.317	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	57.727		22.873	
Valor Adicionado Total a Distribuir	7.117.792		8.139.190	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	2.377.771	33,4%	2.180.984	26,8%
Remuneração	1.629.697		1.597.609	
Benefícios	467.635		434.160	
FGTS	128.776		114.582	
Outras	151.663		34.634	
Impostos, Taxas e Contribuições	1.647.976	23,2%	2.094.046	25,7%
Federais	1.328.386		1.874.894	
Estaduais	-		230	
Municipais	319.590		218.922	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	44.574	0,6%	44.721	0,5%
Remuneração de Capitais Próprios	3.047.471	42,8%	3.819.438	46,9%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.700.000		3.000.000	
Reinvestimentos de Lucros	1.340.027		800.776	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	7.444		18.662	
Total	7.117.792	100,0%	8.139.190	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 31 de março de 2023, elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC).

1. Conjuntura Econômica

Ao final do primeiro trimestre de 2023, o Banco Santander observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 0,9% em 2023 frente à expansão de 2,9% no ano anterior. A projeção para 2023 é ligeiramente maior que a observada no final do quarto trimestre de 2022 (0,8%) e, na avaliação do Banco, reforça a percepção de que a economia se encontra em ritmo de desaceleração na esteira dos efeitos contracionistas advindos do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em 2021 e encerrado em agosto de 2022. Parece-nos que a perspectiva de permanência da variação do PIB em terreno positivo decorre da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022 e que foram parcialmente estendidos no início de 2023. Os dados de atividade econômica recém divulgados vieram em linha com nossa estimativa de contração do PIB no trimestre anterior - estimávamos queda de 0,2%, que foi confirmada pelo IBGE - reforçando nossa expectativa de que a economia brasileira apresentará desaceleração no ritmo de crescimento em 2023. Desta maneira, mantivemos nossa projeção de expansão do PIB brasileiro de 0,8% em 2023.

No primeiro trimestre de 2023, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 5,3% frente ao patamar de 5,8% observado ao final do ano de 2022. Apesar do recuo, o patamar atingido ainda ficou acima da meta de 3,25% determinada para 2023. O Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do quarto trimestre de 2022 e o primeiro de 2023. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a sinalização do governo eleito de que ampliará o montante de gastos públicos a partir deste ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 13,00% a.a. ao final de 2023 e 11,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$4,99/US\$ e R\$5,45/US\$ no primeiro trimestre e encerrar o período cotada a R\$5,30/US\$. Ou seja, patamar superior à cotação de R\$5,22/US\$ verificada no encerramento do ano de 2022. A volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro e; 4) surgimento de problemas de liquidez em bancos nos EUA e na Europa que suscitaram preocupações quanto à solidez do sistema bancário internacional. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) tensão com manifestações violentas contra à ordem institucional dos poderes públicos no início do ano; 2) problemas de coordenação entre as autoridades responsáveis pelas políticas monetária e fiscal e; 3) deterioração nas expectativas dos agentes econômicos quanto à dinâmica inflacionária para os próximos anos, com dano à perspectiva do início do processo de redução da taxa SELIC em 2023 (anteriormente, apontavam possibilidade de cortes ao final do primeiro semestre e, atualmente, indicam chance para o início do segundo semestre de 2023).

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	1T23	1T22	variação anual %	4T22	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros	12.559,0	13.448,2	(6,6)	11.506,2	9,1
Receitas de instrumentos de patrimônio	4,3	(0,2)	(2.242,0)	3,8	12,7
Resultado de equivalência patrimonial	57,7	22,9	152,4	64,8	(10,9)
Tarifas e Comissões (líquidas)	3.996,4	3.644,3	9,7	3.829,1	4,4
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	838,2	(204,1)	(510,6)	2.045,4	(59,0)
Outras despesas operacionais (líquidas)	(229,9)	(3,3)	6.918,8	(434,9)	(47,1)
Total de Receitas	17.225,7	16.907,7	1,9	17.014,4	1,2
Despesas administrativas	(4.767,1)	(4.504,5)	5,8	(4.927,9)	(3,3)

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.					
Depreciação e amortização	(688,4)	(604,8)	13,8	(673,5)	2,2
Provisões (líquidas)	(1.036,0)	(665,9)	55,6	(499,5)	107,4
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.083,7)	(5.122,1)	57,8	(7.270,3)	11,2
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	53,6	(3,2)	(1.788,2)	(0,9)	(6.055,7)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	18,3	59,8	(69,4)	(17,2)	(206,3)
Resultado Operacional Antes da Tributação	2.722,4	6.067,2	(55,1)	3.625,1	(24,9)
Impostos sobre a renda	325,1	(2.247,7)	(114,5)	(719,0)	(145,2)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	3.047,5	3.819,4	(20,2)	2.906,1	4,9

O retorno do exercício anualizado tomando por base o resultado contábil do período sobre o patrimônio líquido médio atingiu 11,14% no primeiro trimestre de 2023, queda 3,30% p.p. comparado ao primeiro trimestre de 2022.

2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Mar/23	Dez/22	variação %
Disponibilidades	20.014,3	22.003,4	(9,0)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	69.185,8	58.546,6	18,2
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	90.923,7	84.834,4	7,2
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	2.359,2	2.134,3	10,5
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	50.938,4	55.425,7	(8,1)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	695.693,1	663.824,4	4,8
Derivativos Utilizados como Hedge	133,6	1.741,3	(92,3)
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	717,7	699,1	2,7
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.768,2	1.727,6	2,4
Ativos Fiscais	47.455,7	46.446,0	2,2
Outros Ativos	6.201,1	8.274,5	(25,1)
Ativo Tangível	8.076,3	8.190,8	(1,4)
Ativo Intangível	31.645,8	31.602,7	0,1
Total do Ativo	1.025.113,1	985.450,8	4,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	48.138,0	40.746,7	18,1
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	8.329,6	8.921,5	(6,6)
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	828.300,0	795.284,1	4,2
Derivativos Utilizados como Hedge	108,6	0,0	100,0
Provisões	9.674,5	9.115,1	6,1
Passivos Fiscais	5.287,7	7.810,8	(32,3)
Outras Obrigações	12.745,6	12.892,3	(1,1)
Total do Passivo	912.584,0	874.770,6	4,3
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	112.027,8	110.182,8	1,7
Participações Não-Controladoras	501,3	497,3	0,8
Total do Patrimônio Líquido	112.529,1	110.680,2	1,7
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.025.113,1	985.450,9	4,0

2.3) Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2023, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 1,7% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial negativa em planos de benefícios a funcionários no montante de R\$17 milhões e líquidos dos efeitos tributários pelo lucro líquido do período no montante de R\$3.047 bilhões e com avaliação patrimonial positivo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento no montante de R\$ 165 milhões e Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 91 milhões.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 11.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Mar/23	Dez/22
Patrimônio de Referência Nível I	78.318,8	75.943,7
Capital Principal	71.675,7	69.229,0
Capital Complementar	6.643,2	6.714,7
Patrimônio de Referência Nível II	13.254,0	13.109,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	91.572,9	89.053,5
Risco de Crédito	582.238,2	559.230,6
Risco de Mercado	24.142,9	19.332,1
Risco Operacional	56.759,7	60.073,2
Total de RWA	663.140,8	638.635,9
Índice de Basileia Nível I	11,81	11,89
Índice de Basileia Capital Principal	10,81	10,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,81	13,94

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao período findo em 31 de março de 2023, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	60.934,4	43.647,9	1.340,1	54.632,3	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.444,6	11.653,8	697,7	2.855,2	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	16.353,6	5.999,2	373,6	-	100,0%
Esfera Fidelidade S.A.	3.384,5	1.332,6	208,2	-	100,0%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	6.793,8	6.488,4	183,2	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o período findo em 31 de março de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 2.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações.

O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 18 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2023.

7. Pessoas

Em nossa empresa seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que desejamos ser. Esse é o motivo de investirmos em cada um dos 53.556 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

Nossa empresa apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

Em janeiro realizamos mais uma edição do Santander Star, um programa de reconhecimento não financeiro que premia projetos transformadores dos nossos colaboradores nas categorias Atendimento, Resultado, Inovação, Risk Pro e Melhor Loja.

O Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas. No mês de março, realizamos a Live Dia da Mulher - #CompetênciaNãoTemGênero com a participação de nossas Conselheiras e das Vice-presidentes de Varejo e Pessoas. Foi um bate papo inspirador sobre os desafios e aprendizados em suas carreiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa. No Dia do Consumidor (15/03), realizamos nosso primeiro Workshop de Clientes para toda a liderança do Santander Brasil. Nesse encontro reforçamos nosso compromisso de que o cliente está sempre no centro.

8. Desenvolvimento Sustentável

Nosso propósito é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios. Ao mesmo tempo, queremos apoiar a construção de um Brasil mais justo e sustentável. Temos uma estratégia clara para as nossas aspirações ambientais (ser referência em negócios sustentáveis), sociais (trabalhar para que todos tenham oportunidades) e de governança (ter as melhores práticas de gestão ESG).

Ambiental

Neste primeiro trimestre, viabilizamos negócios sustentáveis onde, parte do valor foi voltado à região Amazônica. Lançamos projetos estratégicos que nos colocam na vanguarda das soluções baseadas na natureza.

Em janeiro de 2023, criamos com mais três empresas (Grupo Gaia, Belterra e Conexsus) uma operação financeira inédita para fomentar a bioeconomia. Trata-se de um CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) Verde, de R\$ 17 milhões, que busca suprir a escassez de crédito voltada a projetos de agricultura sustentável e regeneração de áreas degradadas em cinco biomas do Brasil, com forte presença na Amazônia. O título vai fornecer capital de giro para 22 negócios comunitários de culturas como cacau, banana e mandioca, beneficiando 4,5 mil produtores sem acesso a linhas de crédito tradicionais. Para isso, usa o modelo de blended finance, com taxa de 3,3% para o capital filantrópico e 15,75% para o capital comercial. A modalidade, que vem ganhando força no ambiente de impacto no Brasil, consiste em captar dinheiro a fundo perdido ou que aceita retornos abaixo dos de mercado para mobilizar capital que busca retorno de capital, ampliando a escala da operação. Com isso, esperamos explorar futuramente negócios com escala ainda maior e com uso de ativos de carbono.

Além disso, junto à Fundação Certi, planejamos mobilizar 20 mil talentos empreendedores de universidades e do mercado da região por meio da Plataforma de Inovação em Negócios da Bioeconomia na Amazônia. A intenção é transformar as ideias de negócio mais promissoras em 200 startups da bioeconomia da floresta, além de fortalecer pelo menos 10 organizações do ecossistema - aceleradoras, incubadoras e venture builders. A iniciativa conta com a coparticipação e investimentos dos bancos do Plano Amazônia e do Fundo Vale. No primeiro trimestre/23, lançamos o primeiro edital, dando início à etapa de capacitação, que contou com 2.186 inscritos.

Tornamo-nos ainda o primeiro banco no mundo a integrar a iniciativa Innovative Finance for the Amazon, Cerrado and Chaco (IFACC), coordenada por The Nature Conservancy (TNC), The Tropical Forest Alliance (TFA), e a UNEP-FI (programa ambiental da ONU voltado a finanças sustentáveis). Lançada em novembro de 2021 em Glasgow, a IFACC busca acelerar o financiamento da produção sustentável e agregar capacidades complementares para estruturar e escalar mecanismos financeiros como empréstimos para produtores rurais, fundos de investimento em terras, instrumentos de dívida corporativa e ferramentas do mercado de capitais. Os 17 membros do IFACC se comprometeram a mobilizar US\$3 bilhões até 2025.

Social

Como parte do fortalecimento da nossa agenda ESG, ampliamos o programa Amigo de Valor, como um meio de estimular a cultura de doação. Entre março e junho, estamos captando recursos não incentivados para hospitais pediátricos e organizações que dão suporte a famílias cujas crianças estão em tratamento de alta complexidade. Durante esse período, pessoas ou empresas clientes do Santander podem fazer doações a partir de R\$ 25,00.

Na busca da equidade de gênero, atingimos 33,4% de mulheres em cargos de liderança e 30,8% de negros na organização.

Governança

As participações de mulheres e de membros independentes no Conselho de Administração se mantiveram em 33% e em 44%, respectivamente.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 162/2022, o Banco Santander informa que no período findo em 31 de março de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 31 de março de 2023, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 24/04/2023).

Composição dos Órgãos da Administração

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Vice Presidente (independente)
Angel Santodomingo Martell – Conselheiro
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Garcia Cantera – Conselheiro
Marilia Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Mario Roberto Opice Leão – Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
René Luiz Grande – Membro
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
José de Paiva Ferreira – Membro
Jaime Leôncio Singer – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marilia Artimonte Rocca – Coordenadora
Andrea Marques de Almeida – Membro
Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Membro
Carlos Aguiar Neto – Membro
Luiz Masagão Ribeiro Filho – Membro
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro
Pedro Augusto de Melo - Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro
Pedro Augusto de Melo – Membro

Conselho Fiscal

José Roberto Machado Filho - Membro efetivo
Louise Barsi - Membro efetivo
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Jean Pierre Dupui
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Ana Paula Neves Granieri Domenici
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto(*)
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Flávia Davoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

(*) posse pendente

(**) posse pendente de homologação pelo BACEN

Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Paulo Fernando Alves Lima
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vanessa Alessi Manzi (**)
Vítor Ohtsuki

Contador

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/O-4

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao primeiro trimestre findo em 31 de março de 2023, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2023:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos José da Costa André *
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Jean Pierre Dupui
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman *
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Ana Paula Neves Granieri Domenici
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto(*)
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Flávia Davoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Paulo Fernando Alves Lima
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vanessa Alessi Manzi (**)
Vítor Ohtsuki

(*) posse pendente

(**) posse pendente de homologação pelo BACEN

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao primeiro trimestre findo em 31 de março de 2023, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de março de 2023:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos José da Costa André *
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Jean Pierre Dupui
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman *
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Ana Paula Neves Granieri Domenici
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto (*)
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Flávia Davoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Paulo Fernando Alves Lima
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vanessa Alessi Manzi (**)
Vítor Ohtsuki

(*) posse pendente

(**) posse pendente de homologação pelo BACEN